

# Revista Filosófica de Coimbra

---

VOL. 5 • N.º 9 • MARÇO 96

---

MIGUEL BAPTISTA PEREIRA — *Informática, Apocalíptica e Hermenêutica do Perigo*

ANTÓNIO MANUEL MARTINS — *Pluralismo sem Consenso. A crítica de Rescher aos Pressupostos da Teoria da Acção comunicativa de Habermas*

ANTÓNIO PEDRO PITA — *A Intencionalidade e o Mundo dos Artistas. Mikel Dufrenne na Fenomenologia francesa*

JOÃO BOAVIDA — *Por uma Didáctica para a Filosofia*

ALFREDO SIMÕES REIS — *Perfil do Professor de Filosofia*

JOSÉ E. REIS — *Sobre o Tempo*

MÁRIO SANTIAGO DE CARVALHO — *Redução ou Recondição? (Nota sobre Boaventura de Bagnoregio)*

É, pelo contrário, a ternura da especulação que alcança a paz e a conciliação com o real depois de uma experiência dialéctica de sofrimento indizível. Uma ternura peculiar inadmissível para o sentido comum. «Pois em vez de respeitar a imediatidade do real introduz nele o delírio báquico da negatividade mais radical e da mediação (50). O concreto surge então e supõe tal como o absoluto a unidade das diferenças. É assim o verdadeiramente empírico, tem no seu interior o movimento que também caracteriza o conceito. A nova ternura que Hegel pretende construir recusa frontalmente a imediatidade que caracteriza tudo quanto se reconhece como definitivamente estabelecido. O real não é para Hegel o meramente imediato ou definitivamente estabelecido. A ternura pelas coisas é movida pela dialéctica, que leva a contornar o imediato como mera sugestão para uma nova postura: a da mediação ou a do primado da relação.

É o Hegel da relação que, de facto sobressai neste conjunto de estudos publicado pela Universidade de Salamanca, e é como tal, que o seu pensamento é hoje actual e continua a provocar-nos. Sem a experiência do concreto já sempre vivido, logo já sempre mediado, a Filosofia seria pura fantasia ou ideologia abstracta e sem a referência inevitável do homem ao absoluto, ela perderia a sua autêntica raiz. A questão do sentido, aquela que desde sempre move o pensar e por detrás dele o homem, não tem uma resposta imediata ou imediatista, só na relação pode dizer-se. Este facto antecipou-o Hegel antes de toda a Hermenêutica ou Filosofia dialógica, apesar de não ter sabido preservar o mistério que é o pensar em relação.

No entanto a sua actualidade é inquestionável numa época em que o valor do concreto e o valor do absoluto parecem abandonados pelo pensamento ou de novo descontraídos.

Maria Luísa Portocarrero F. Silva

HAEGER, Paul — *Continuity and Change in the Development of Russell's Philosophy*. (Dordrecht/Boston/London: Kluwer Academic Publishers, 1994), 195 pp.

Paul Haeger é Professor Associado de Filosofia na Faculdade de Educação da Universidade de Tecnologia de Sydney (Austrália), onde ensina filosofia da educação. O livro sobre Bertrand Russell, como ele próprio observa no prefácio, resultou em grande parte dos seus estudos de doutoramento sobre o filósofo inglês realizados nessa Universidade, que culminaram com uma dissertação apresentada à mesma no ano de 1987. Dos seus outros trabalhos sobre Russell até à data, importa mencionar dois artigos publicados na revista dos Arquivos de Bertrand Russell da Universidade MacMaster (Canadá), **Russell: the Journal of the Bertrand Russell Archives**, respectivamente em 1987 ("Russell and Zeno's Arrow Paradox", n 1, pp. 3-10) e 1993 ("Why Russell Didn't Think He Was a Philosopher of Education", n 2, pp. 150-167). O Professor Haeger foi por diversas vezes investigador-visitante dos Arquivos de Russell, os quais foram oficialmente criados no início dos anos setenta tendo em vista a publicação do espólio filosófico inédito legado pelo filósofo ainda antes da sua morte (1970), que tem vindo a lume, desde 1983, na magnífica colecção intitulada **The Collected Papers of Bertrand Russell** (Pub. Routledge, Londres). Este contexto editorial é, aliás, um dado essencial para uma avaliação do significado e valor filosóficos (quicá mesmo da originalidade) do seu trabalho principal sobre Russell, sabido como é que a edição dos referido espólio veio revolucionar completamente a imagem tradicional da filosofia de Russell e as próprias

metodologias de estudo do seu pensamento filosófico (veja-se por exemplo, sobre este ponto importante, N. Griffin, "The Philosophical Importance of Russell's **Collected Papers**", **Russell**, série antiga, n.s 35-36, 1979-1980, pp. 17- 25; ou mais recentemente, K. Blackwell, "Portrait of a Philosopher of Science", in **Rereading Russell**, Ed. C. Wade Savage e C. Anthony Anderson, University of Minnesota Press, Minneapolis, 1989, pp. 281-296).

O livro abrange a evolução do pensamento de Russell, que vai desde o período propriamente idealista (1895-1899), conhecido como o período "neo- hegeliano", que é imediatamente anterior à gênese e elaboração de **The Principles of Mathematics** (1903), a um último período aberto com a publicação de **The Philosophy of Logical Atomism** (1919 em diante), que aqui se toma como o fecho decisivo de uma tal evolução. Duas fases intermédias são distinguidas: a "fase platónica", de 1899 a 1913 (data da publicação de **The Problems of Philosophy**), e uma primeira etapa claramente empirista da filosofia de Russell (1914-1918), inaugurada por **The Objective Knowledge of The External World** (1914), a qual se finalizará num "empirismo modificado" próprio do último período acima referido. Um dos propósitos fundamentais do autor com esta sistematização do desenvolvimento da obra de Russell (aparentemente excessiva e complexa para um lapso de tempo relativamente pequeno, em comparação com o desenvolvimento posterior, coberto pelo último período, de 1918 a 1944, data da publicação do **My Philosophical Development**) e contrariando o que será, segundo ele, o espírito da sua abordagem tradicional e mesmo de certos trabalhos recentes sobre o filósofo (aponta-se como exemplo, designadamente, N. Griffin, **Russell's Idealist Apprenticeship**, Ed. Clarendon Press, Oxford, 1991) consiste justamente em procurar mostrar que o pano de fundo de um tal desenvolvimento não é a ruptura, mas a **continuidade** de um conjunto de ideias e de temas filosóficos fundamentais, cuja dialéctica própria explicará a **mudança** que caracteriza a evolução do pensamento filosófico de Russell ao longo dessas sucessivas fases acima mencionadas (donde, a temática central do livro que dá origem ao respectivo título). Fundando uma tal continuidade, estará, segundo Haeger, a emergência e desenvolvimento no pensamento de Russell do método da análise - emergência que será coetânea, desde logo, do abandono do neo-hegelianismo britânico dos finais do século (Bradley e MacTaggart, principalmente), da adopção (na esteira de Moore) de um ponto de vista realista a respeito das relações, do encontro com Cantor, Peano e Frege, e, mais decisivamente, da descoberta russelliana de um conceito de lógica completamente original, baseado nessa noção de relação, que se justificará através da redução de todas as partes da análise conhecidas na época (af incluindo a dinâmica) e da própria noção de ciência em geral, originando assim um novo tipo de pensamento filosófico (no caso, como se verá, não simplesmente o logicismo mas a filosofia da análise ela mesma). Entre o método da análise, historicamente situado deste modo, e suas exigências intrínsecas e essa ideia fundamental de relação, a conexão será essencial para o desenvolvimento da obra de Russell, porque justamente a aplicação de um tal método aos problemas próprios que caracterizam a nova lógica das relações (de que a seguir se falará) tende a "proliferar" (nos termos de Haeger) estas aqui, simultaneamente de um ponto de vista lógico e ontológico (quer dizer, as relações tendem a figurar cada vez mais neste duplo sentido nos resultados da análise, à medida que esta progride), ao mesmo tempo que a complexidade própria do estatuto das novas relações assim criadas impõe um tipo novo de exigências à adequação da análise ela mesma.

Trata-se aqui de uma perspectiva que não é inteiramente original, como reconhecerá Haeger remetendo logo na introdução (pp. 2-3) para M. Weitz ("Analysis and the Unity of Russell's Philosophy", in **The Philosophy of Bertrand Russell**, Ed. P. A. Schilpp, Northwestern University Press, 1944, pp. 55-122), mas que suscita da parte do nosso autor

ao longo do livro uma aplicação e desenvolvimento consistentes. Weitz, nesse trabalho, debruçou-se de modo geral sobre quatro grandes domínios de aplicação método da análise na filosofia de Russell (a ontologia, a cosmologia abstracta, a lógica matemática e a teoria do simbolismo), que, vistos na perspectiva dessa aplicação, traduzirão a sua unidade e continuidade essenciais, mas (se o compreendermos à luz da interpretação proposta por Haeger) terá menosprezado certos factores importantes dessa filosofia, historicamente enquadráveis e justificáveis, que condicionam inevitavelmente as implicações da análise e, no fim de contas, justificarão a sua própria possibilidade, e, por outro lado, estarão na base da mudança ou da evolução (e não simplesmente da continuidade) do pensamento de Russell. É a partir deste ponto que o trabalho de Haeger, de forma notável, vai claramente longe. Para Haeger, serão as teorias do espaço e do tempo sucessivamente apresentadas pela filosofia de Russell ao longo das fases acima mencionadas (e já não apenas uma cosmologia "abstracta" obtida através do mero recurso às potencialidades da análise), em resposta designadamente à complexa evolução histórica da própria problemática científica, que melhor exemplificam os problemas próprios da nova lógica das relações e ilustram essa conexão essencial entre as ideias de análise e de relação, na medida em que, como ele argumenta, Russell tomará as relações espaço-temporais como relações-modelo, ou relações "exemplares" das relações em geral. Compreende-se assim como, nesta perspectiva fundamental de Haeger que acabámos de esboçar, qualquer mudança por parte de Russell na concepção dessas relações (como as que caracterizam as referidas fases) tem como consequência uma alteração das suas ideias a respeito do estatuto das relações em geral e das próprias exigências da análise, ou seja e no fundo, da filosofia de Russell no seu conjunto. E, por outro lado, parece tornar-se evidente como é que, subjacente a esta mudança, só a aplicação do método da análise assegurará essa continuidade filosófica fundamental que Haeger, na sequência de Weitz e do próprio Russell, reclama para o pensamento filosófico deste.

Delineada assim a temática central do livro, a sua organização e a explanação das teses centrais do autor são facilmente compreensíveis, sendo de notar uma clara intenção pedagógica (a que não será alheia a formação especial de Haeger nesta área), particularmente evidente do ponto de vista formal (onde se destacará, apesar de uma certa densidade estrutural que estudaremos de seguida, a excelente harmonia na divisão dos diferentes temas de que se ocupa e a sobriedade notável com que, a despeito da sua complexidade própria, cada um é tratado, ou ainda, a utilização frequente de diagramas e esquemas conceptuais). Depois de uma introdução curta, mas filosoficamente incisiva, onde essa temática é exposta, segue-se uma primeira parte (inaugurada ela própria com uma pequena introdução), onde, ao longo de oito capítulos, o autor procura pôr em evidência a conexão essencial entre as ideias de análise e de relação a que já nos referimos. A primeira ideia, de um modo que suscita sérias dúvidas, é inicialmente estudada por si mesma sucessivamente no âmbito da "filosofia matemática" de Russell (cap. 2) e da sua "filosofia geral" (caps. 3 a 8). Esta distinção, que aparenta violentar o próprio espírito da filosofia de Russell (designadamente) no segundo dos períodos estudados por Haeger, não encontra no autor uma explicação plausível, mas, indo de encontro àquilo que será a sua intenção presumida, justificar-se-à (?) por razões metodológicas inerentes à natureza da sua própria exposição (a "filosofia matemática" em si mesma aparecendo, em certo sentido, como a base essencial do pensamento filosófico de Russell, base que a sua filosofia geral estenderá a domínios que não serão aparentemente, na ordem dos factos, imediatamente abrangidos por si, como a filosofia da linguagem, a filosofia da ciência ou a própria ontologia). Em todo o caso, e em rigor, este problema parece ser inerente a qualquer tentativa de abordagem sistemática do conjunto da filosofia de Russell, que inevitavelmente se sente obrigada a introduzir distinções formais no pensamento filosófico aí onde o

conteúdo deste é intrinsecamente solidário. (Para um problema similar, veja-se R. Jager, *The Development of Russells Philosophy*, Allen & Unwin, London, 1972, introdução, pp.)

No âmbito das implicações do método da análise para a filosofia geral, é-nos oferecida uma caracterização relativamente extensa da apresentação da ideia de análise em diferentes trabalhos de Russell (que se justificará segundo Haeger, mas um pouco ligeiramente a meu ver, na perspectiva do apagamento a que essa ideia terá sido sujeita em geral) e a sua inevitável elaboração filosófica pelo autor, tendo em vista os fins propostos com este trabalho (cap. 3). Segue-se uma abordagem sistemática da aplicação do método da análise (e das suas implicações lógicas e ontológicas em geral) em cada uma das fases acima mencionadas, e uma breve elucidação das razões que estão na base, em cada caso, da evolução do pensamento de Russell (cap. 4). Central, nessa abordagem, é a recusa sistemática de Haeger em interpretar a análise de acordo com qualquer programa fundacionalista por parte de Russell, no que o nosso autor, basicamente, segue certas interpretações recentes (controversas mas fundamentais) provenientes do movimento da filosofia analítica sobre o lugar de Russell na história da filosofia e o seu papel na génese da filosofia analítica, sobre as quais me debruçarei adiante. Entretanto, para Haeger, as razões apontadas para essa recusa relevam basicamente da própria interpretação do método da análise em Russell, tal como ele se encontra exposto em 1907 no artigo "On the Scientific Method in Philosophy" (*Collected Papers* 4, 589-594), expressando-se no essencial (contra a ideia peregrina tradicional da busca russelliana de uma certeza evidente e indubitável para a matemática, que seria dada pela lógica) na natureza essencialmente indutiva, por um lado, e regressiva, por outro, dos raciocínios matemático e filosófico em geral, e na desmitificação dessa outra ideia comum, mas enganadora segundo Haeger, de que as premissas da análise em questão nesses raciocínios têm uma justificação epistemológica. (Sobre um outro desenvolvimento desta perspectiva, veja-se A. D. Irvine, "Epistemic Logicism an Russell's regressive Method", *Philosophical Studies*, 55, 303-327, 1989.) Ora, Haeger, sem qualquer justificação aparente, estende esta interpretação do método da análise à filosofia de Russell no seu conjunto, e praticamente a partir de 1899, como se disse mais acima. Esta, porém, é apenas uma questão metodológica geral, em que, apesar de tudo, está envolvido muito mais do que o respeito pela cronologia. O essencial, que pela minha parte farei notar desde já, é que colocar o debate do problema filosófico da fundação no terreno da natureza interna do próprio método, seja ele qualquer for, não parece ser uma posição correcta, sem averiguar à partida desde logo, como exige em princípio esse problema, a que necessidade (e problemática) à primeira vista fundamental, que em qualquer caso é exterior ao posicionamento do próprio método, responderá este aqui.

Dos capítulos 5 a 7, como se disse mais acima, procede o autor a um estudo da importância da ideia de relação na filosofia de Russell, primeiro na filosofia da matemática (cap. 5) e depois na sua filosofia geral (cap. 6), tendo em vista especialmente a conexão essencial, que caracterizámos logo no início, entre essa ideia e o método da análise (cap. 7). O capítulo 5 põe em evidência a indispensabilidade das relações na filosofia da matemática de Russell, denunciando a ilegitimidade da sua redução à lógica das classes (a que se assiste, com alguma frequência, entre os próprios comentadores de Russell), destacando o papel do chamado princípio de abstracção de Couturat-Cournot no primado da ideia de relação sobre a ideia de classe, e contrastando com clareza as diferentes implicações (na filosofia da matemática e na ontologia em particular) para as noções de classe e de relação que resultam projecto logicista de eliminação das classes, a partir de 1906, em ordem a resolução definitiva dos paradoxos lógico-matemáticos originados pela teoria dos conjuntos; complementarmente, acentua-se como essa confusão entre as ideias

de classe e de relação releva de uma interpretação deficiente do próprio método da análise, e designadamente da suposição de que as relações, que como as classes são elas próprias fruto da análise, possam, a exemplo das classes, ser completamente reduzidas e desaparecer no decurso da análise.

No capítulo 6, Haeger desenvolve em termos gerais estes resultados da filosofia da matemática de Russell aplicando-os à sua filosofia em geral. Nas duas primeiras secções, mostra-se que a irredutibilidade das relações ao seu primado epistemológico como objectos directos da nossa experiência, para Russell, e isto desde a ruptura com o idealismo. E, na sequência, faz-se ver que um tal primado é uma consequência necessária da própria análise e, em particular, das exigências decorrentes do seu instrumento privilegiado a partir de 1914: o método das construções lógicas. (Haeger, de modo pertinente, argumenta que este método na filosofia de Russell não resulta simplesmente da influência de Whitehead por essa altura, antes se encontra já em obra, por exemplo, na definição logicista do número em 1903, onde a perspectiva constructivista é fundamental.) A este respeito, retoma Haeger a sua tese central, mais acima delineada, de que o principal resultado da aplicação desse método, e portanto da própria análise, é a proliferação das relações, a irredutibilidade destas aqui sendo apenas um aspecto muito geral dessa aplicação. Que uma tal proliferação pareça contradizer o princípio occamiano de Russell, segundo o qual «Sempre que possível, deveremos preferir construções a partir de entidades conhecidas a inferências de entidades não conhecidas», é apenas, para o autor, algo aparente, na medida em que esse princípio, segundo ele, terá para Russell um significado essencialmente epistémico, e não ontológico: ele não nos exige uma redução absoluta do número de entidades a construir a partir destas ou daquelas entidades conhecidas, ou a minimização do número de tipos na nossa ontologia. Deste último ponto de vista, por exemplo, parece ser óbvio que as entidades a construir não são do mesmo tipo que as entidades conhecidas à partida (o que, de facto, é o objectivo principal do princípio na acepção de Russell), e que, portanto, a economia ontológica requerida pelo princípio se aplica mais à relação entre tipos diversos do que ao interior de cada tipo.

No capítulo 7, a distinção entre as noções de classe e de relação, que tinha sido abordada de modo geral nos dois capítulos anteriores, é retomada na perspectiva especial do método das construções lógicas. Mostra-se assim que em Russell este método tem aplicações diversas nos casos distintos das classes e das relações. No primeiro, o objecto a construir é considerado como um elemento de uma dada classe independentemente da da ordem ou da série no tempo onde se integra, enquanto no segundo a relação serial é essencial. Ontologicamente, isto significa que as classes consistem basicamente dos seus elementos enquanto as relações, em contraste, consistem em elementos tendo padrões relacionais bem definidos. É por isso, como já antes se referiu, que enquanto as classes podem ser propriamente eliminadas como «ficcões lógicas», as relações, ao contrário, são ontologicamente resistentes ao processo de redução próprio da construção lógica. A interpretação vulgar, hoje em dia apesar de tudo ainda comum, que reduz as relações a proposições sobre classes, deve ser então definitivamente abandonada.

Um desenvolvimento posterior desta ideia é proporcionado pela caracterização do método da análise comparativamente na teoria das descrições (tal como ela foi desenvolvida por Russell a partir de 1905 com o artigo **On Denoting**) e no método das construções lógicas, que a partir de 1914 integra todos os resultados essenciais dessa teoria. Desde logo, a presunção de que terá sido essa teoria a inspiradora deste método, também ainda muito comum entre os comentadores de Russell, é afastada por Haeger, na sequência das investigações sobre a matéria por parte de Griffin e Cocchiarella. O facto é que, como se disse acima, a ideia de construção lógica não era estranha ao pensamento de Russell já em 1903. Como observa Haeger, Russell parece ter utilizado a expressão «construção

lógica» depois dessa altura para se referir especialmente ao seu trabalho inicial, e não às investigações em curso da parte de Whitehead, como é tradicionalmente suposto. Em todo o caso, a independência lógica entre as duas teorias (descrições e construções lógicas) na segunda fase da evolução do pensamento de Russell é simplesmente aparente, se encarada do ponto de vista particular, em que se coloca Haeger, da aplicação do método da análise. E deverá sê-lo com toda a certeza, como é fácil reconhecer, porque a análise há-de explicitar-se necessariamente, em todos os planos, a partir de proposições, e não de factos ou de quaisquer entidades físicas ou materiais. Esta conclusão sai reforçada, do ponto de vista do autor, da interpretação que propõe na mesma ordem de ideias para o método das construções lógicas a partir de 1914. O diagrama que oferece para a análise, tal como esta se encontra implicada nesse método, não sofre modificações sensíveis em relação ao esquema mais geral da análise apresentado no capítulo 4. Por fim, terminando este capítulo, destaca Haeger alguns erros de interpretação sobre o método das construções lógicas de Russell que estão presentes na literatura sobre o assunto, e que se caracterizam por ignorar o papel fundamental da análise.

No capítulo seguinte, o último da primeira parte, Haeger resume os traços essenciais da análise para Russell. E aqui, mais uma vez, ele acentua a relação estreita entre a análise, como método filosófico, e o significado das relações em geral, procurando por em evidência a ideia de que a originalidade da concepção russelliana da análise é indissociável de uma compreensão mais profunda desse significado, aparentemente ausente, para ele, não só das abordagens tradicionais como dos comentários recentes da filosofia de Russell.

A última parte do livro tem como tema fundamental, como se referiu mais acima, as concepções sobre o espaço e o tempo apresentadas por Russell ao longo das quatro fases da evolução da sua filosofia. A importância desta parte, como também se referiu, decorre da perspectiva central de Haeger segundo a qual as relações implicadas nessas concepções são tomadas por Russell, em ambos os casos, como relações paradigmáticas das relações em geral.

H. J. Ribeiro

RESCHER, Nicholas — *Satisfying Reason. Studies in the Theory of Knowledge*. (Dordrecht/London/Boston: Kluwer, 1995), Episteme 21, xii + 243 pp.

A problemática do conhecimento humano em geral e do conhecimento científico em particular tem sido, ao longo de toda a sua brilhante carreira académica, uma das preocupações centrais de Nicholas Rescher. Neste volume, reúne um conjunto de ensaios que se podem ler isoladamente apesar de estarem atravessados pelas teses centrais de Rescher no âmbito da racionalidade cognitiva.

Poderíamos dividir o livro em duas partes. Na primeira, constituída pelos capítulos 1 a 6 são tratadas algumas questões de fundo da teoria da racionalidade, quer ao nível substantivo quer ao nível metodológico (satisfazer a razão, porquê ser racional?, razão e realidade, meta-conhecimento, falibilismo e procura da verdade, optimismo metodológico). Na segunda parte, Rescher analisa aquilo que ele considera casos típicos do uso (e abuso) da razão nos dias de hoje (números sem sentido, idealismo conceptual revisitado, o contraste entre compreensão explicativa e experiencial, limites do relativismo cognitivo, os deficits do desconstrucionismo, saídas do paradoxo).